

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE MEMÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA E ARQUIVOS

ADRIANA CARVALHO KOYAMA

Uma temática candente nos dias que correm é a das relações entre as mídias e a construção de narrativas sobre o passado em espaços não acadêmicos. Entre eles estão arquivos, museus e, certamente, a história ensinada nas escolas e seus materiais. Nos trabalhos apresentados em recentes encontros brasileiros sobre história pública (na USP em 2012¹, na UFMG em 2013² e no Simpósio Nacional da ANPUH, também em 2013³), encontramos algumas pesquisas de especial interesse para essas reflexões. Entre elas, interrogações sobre como narrativas e representações históricas perpassam a indústria cultural, bem como sobre diferentes espaços sociais de produção de memórias e de narrativas históricas, tais como nas formas rituais populares, na história oral, nas narrativas produzidas em arquivos, centros de memória e museus.

Entre os espaços não acadêmicos que vêm produzindo narrativas sobre o passado, estão os ligados a movimentos sociais que buscam, através da afirmação de memórias que se contrapõem às narrativas históricas consagradas pela história ensinada: sua reivindicação é por reparação histórica para seus mortos. Muitos desses movimentos têm se colocado politicamente, solicitando acesso a registros documentais sigilosos e participação na construção de *outras* representações históricas sobre seu passado. Sem pretender entrar no mérito ou nos debates colocados atualmente sobre história pública, penso ser relevante nos interrogarmos como, na forma como vem sendo abordada nos encontros brasileiros, suas pesquisas contribuem para lançar luz sobre esses espaços de disputa em que se produzem e circulam, de forma conflituosa, narrativas e representações históricas fora dos espaços acadêmicos. Essas pesquisas compõem, ainda, em diálogo com outras abordagens, as interrogações sobre as múltiplas articulações entre o universo das representações e narrativas históricas criadas e difundidas socialmente e suas relações com o ensino de História. Universo este que não cessa de se ampliar.

Andreas Huyssen, que vem se tornando referência nos estudos das relações entre mídia, memória e patrimônio, sugere que o passado vem tomando o lugar que as utopias ocupavam em nosso imaginário (HUYSEN, 2000, p. 34). Na expansão das culturas da memória, os arquivos e seus acervos vêm ampliando seus laços com a construção de representações do passado. No interior dessa expansão, podemos flagrar a produção e de artefatos educacionais nos arquivos públicos, bem como seu papel emergente na produção de narrativas históricas e em seu ensino. Para refletir sobre essa produção, esse artigo propõe-se a apontar e analisar as tendências prevaletentes nos diálogos que vêm se dando entre arquivos e escolas, internacionalmente, nas últimas décadas, aqui analisados a partir de trabalhos acadêmicos publicados por profissionais de arquivo e por pesquisadores de ensino de História.

Os arquivos públicos, que por muito tempo foram lugares silenciosos, escondidos em ambientes muito pouco glamorosos, vêm ganhando nas últimas décadas uma nova

¹ <http://historia.fflch.usp.br/en/node/703>

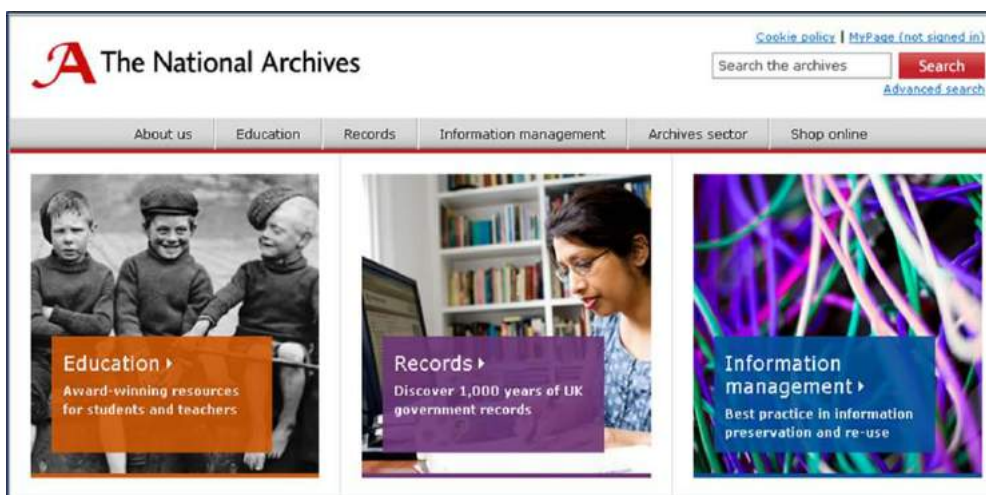
² http://redebrasileiradehistoriapublica.files.wordpress.com/2013/11/convite_rbhp01.png

³ http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1225

visibilidade. Seu prestígio vem crescendo no bojo da ampliação das culturas da memória, como notaram Pierre Nora (2003) e Andreas Huyssen (2000), entre outros. Segundo Nora, nas últimas décadas, os arquivos passaram de lugares “fora de uso” a espaços sociais plenos, e tal visibilidade tem colaborado para que ganhem maior reconhecimento social. No entanto, seu novo estatuto é, em larga medida, virtual, já que nos arquivos os fundos documentais mantêm-se com poucos usuários em suas salas de consulta.

Ao mesmo tempo, os espaços virtuais dos arquivos, isto é, seus *sites* na internet, têm crescido exponencialmente, assim como o volume de imagens de documentos de arquivo por eles publicadas. Nesses *sites* vêm se expandindo, rapidamente, as atividades educativas *online* propostas por arquivos públicos. Nesses, encontramos séries documentais e documentos avulsos em reproduções digitais, não raro feitas a partir de recortes temáticos, acompanhadas de pequenas narrativas históricas que se propõem a contextualizar os documentos expostos. Nas seções educativas muitas vezes estão propostas sequências didáticas e/ou exercícios sobre esses mesmos temas.

A centralidade das ações educativas nos *sites* de arquivo se expressa na própria visualidade dos *sites*, que vêm destacando sua existência em suas páginas iniciais. Nos arquivos nacionais britânico e americano, por exemplo, em 2008 essas ações estavam indicadas por botões distribuídos em pequenas barras. Já em 2012 haviam passado a ocupar, respectivamente, um terço e um quinto do espaço da tela das páginas iniciais de seus *sites*.



Site do Arquivo Nacional do Reino Unido, página inicial, 2013.



Site do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, página inicial, 2013.

Podemos nos interrogar sobre como têm sido construídos esses novos olhares sobre os acervos arquivísticos, nesses movimentos de recorte e exposição virtual e, ainda, se -e como- estão sendo construídas ou reafirmadas certas representações históricas nesses espaços eletrônicos. No que se refere às suas propostas educativas, as tendências prevaletentes presentes nesses novos meios podem, ainda, ser flagradas nas reflexões publicadas por arquivistas e pesquisadores de ensino de História nas últimas décadas.

A aproximação entre escolas e arquivos não é recente; ao contrário, a preocupação em criar formas de integração entre arquivos e educação ocupa educadores e arquivistas há bastante tempo: já em 1890, o Ministério de Educação francês indicava oficialmente a leitura de documentos para o bom ensino da História pátria e, a partir da década de 1950, o uso de documentos no ensino formal passou a ser indicado pelo Ministério da Educação francês como parte de uma metodologia “ativa”, segundo a qual os estudantes deveriam realizar experiências de pesquisa histórica (CALZADA, 2007, p.161). Nesse movimento de aproximação, conforme apontam Bellotto (1991) e Calzada (2007), ocorreram, também na década de 1950, as primeiras experiências de educação em arquivos na França. Foram criados então os serviços educativos nos arquivos franceses, que, segundo Annick Pegeon, responsável pelo Serviço Educativo do Arquivo Nacional da França, ofereciam aos professores e seus alunos oficinas e visitas pedagógicas “destinadas a proporcionar a descoberta dos arquivos e dos grandes períodos históricos” (PEGEON, 2012, p. 89). Também na Inglaterra as primeiras experiências de educação nos arquivos iniciam-se na década de 1950 (TAYLOR, 1972, p. 322).

No entanto, o campo de diálogo e ação conjunta entre arquivos e educação vem delineando-se, efetivamente, mais recentemente. Apenas em 1970 o *Manuel d'Archivistique*, do Arquivo Nacional francês, incluiu o serviço educativo-cultural como parte das funções sociais dos arquivos. Sua institucionalização, na maior parte dos arquivos públicos na Europa e nas Américas, fez-se na década de 1980. Um estudo abrangente das atividades didáticas desenvolvidas em arquivos, feito por Susanna Vela, foi publicado em 2001. As ações educativas nos arquivos espanhóis vêm sendo desenvolvidas, fundamentalmente, a partir da metade dos anos 80, e concentram-se majoritariamente nos arquivos de âmbito municipal (ALBERCH et al., 2001, p. 60).

Segundo a pesquisadora italiana Francesca Cavazzana Romanelli (2000), do *Archivio Storico del Patriarcato di Venezia*, na Itália os debates sobre a ação educativa nos arquivos iniciaram-se nos anos 70, e em 1985, a grande maioria dos arquivos italianos já tinha alguma proposta educativa em curso (ROMANELLI, 2000, p. 268). Se os serviços educativos dos arquivos são relativamente recentes, o uso de documentos no ensino não o é. Há referências ao uso de coletâneas de documentos para fins didáticos, nos EUA e na Inglaterra, desde o início do século XX. Segundo Taylor,

Nas escolas inglesas, o uso de reproduções de fragmentos de documentos, impressos, ficou conhecido como "metodologia das fontes", e uma das primeiras publicações da Historical Association, em 1906, dizia respeito à publicação de fontes documentais. A metodologia das fontes derivou de uma ação americana. O Relatório de 1903, do "Committee of Seven" para a American Historical Association, *The Study of History in Schools*, apontou as fontes documentais como complementos do bom trabalho com os livros texto de História. Desde então, têm sido publicados, de forma continuada, livros com seleções de documentos para uso escolar. (TAYLOR, 1972, p. 318)

Algumas experiências bem sucedidas feitas nos anos 1950 na Inglaterra, em Lancashire e em Essex, são citadas por Taylor, então historiador do Arquivo Nacional do

Canadá, que antes havia trabalhado na Inglaterra, em Leeds, Liverpool e no arquivo de Northumberland.

Hugh Taylor aponta, nesse artigo de 1972, os perigos do uso de *kits* educativos muito estruturados, em especial o risco de levar os alunos a leituras e conclusões pré-estabelecidas. O pesquisador também reflete sobre a experiência de aproximação da educação dos documentos de arquivo através de reproduções inseridas nos livros didáticos, percebendo como, nesse contato em que o olhar restringe-se à página impressa, os documentos são visualizados, de forma confusa, como textos didáticos. Em sua perspectiva, os estudantes tornam-se, vítimas de materiais didáticos que oferecem para consumo, de forma fragmentada e industrializada, um pretenso “conhecimento”, na forma de pretensos “fatos”.

Essa percepção é compartilhada por Galzerani (1998) e Meneses, entre outros pesquisadores. Meneses descreve como a informação descontextualizada vincula-se à fragmentação do sujeito, situando, como Benjamin, sua constituição à forma da informação jornalística.

Essa mesma descrição poderia ser feita a respeito dos *sites* de arquivos e, especialmente, de suas seções educativas. Experiência estética ligada à contemporaneidade, os *sites* de arquivos atualizam formas de educação do olhar produzidas pelas mídias na alta modernidade. Nos sites dos arquivos nacionais do Reino Unido e dos Estados Unidos, por exemplo, *layout* fragmentário justapõe texto e imagens visuais _ lindas, misteriosas e sedutoras. Estas nos levam a uma experiência de descoberta e prazer, cuja leitura é entretecida à temática do texto, etodo o conjunto se apoia firmemente na periodização e nas narrativas históricas consagradas pelos livros didáticos.

Francesca Cavazzana Romanelli (2000; 2002) também estudou a convergência de forças que tem aproximado escolas e arquivos, e aponta que a ampliação das ações educativas dos arquivos é fruto da convergência de movimentos e realidades fundadas tanto no mundo da escola como no dos arquivos. Ivo Mattozzi (2002) escreveu sobre essa convergência entre arquivos e escolas, apontando como, na escola, existe uma tensão entre a formação histórica, aprendida no contato com a leitura de fontes documentais, de um lado, e a pedagogia, de outro, acentuada pelas indicações do programa curricular. Segundo o pesquisador italiano, as relações entre arquivos e escolas permanecem episódicas na Itália. Em sua avaliação, nos últimos anostem havido, nos arquivos, uma tentativa de absorver algumas das práticas escolares, com a produção de materiais didáticos de vários gêneros, por iniciativa própria. Já no mundo da escola, essa aproximação tem produzido “modelos” e materiais, mas ainda não produziu uma prática estável que inclua a pesquisa histórica, e os arquivos, como instrumentos cotidianos no ensino de História.

Também no Brasil tem havido uma convergência de ações de aproximação entre arquivos e escolas, nas últimas décadas. O ensino de História com documentos, sua conexão com os arquivos públicos e com o patrimônio histórico, é parte das propostas de ensino que emergiram nas discussões dos pesquisadores-professores da década de 1980.

Havia, naquele momento, uma valorização do ensino de metodologias e procedimentos de pesquisa histórica na educação que suscitou, inclusive, a publicação de coletâneas de documentos para uso em sala de aula. A “Proposta Curricular de História”, elaborada pela CENP-São Paulo, em 1986, apontava o contato com a documentação textual e iconográfica como fundamental para que o aluno possa construir o conhecimento histórico. Segundo a pesquisadora Eliane Mimesse Prado (2008), nas reflexões publicadas em São Paulo neste período sobre ensino de História,

Esses professores-autores, vinculados às universidades ou que participaram das equipes técnicas que haviam elaborado as propostas curriculares, começaram a publicar livros nos quais comentavam experiências. Descreviam passos de suas pesquisas, as atitudes e as reações dos alunos perante uma aula de história sem a utilização propriamente dita de livros didáticos. Incentivavam, dessa forma, os professores a produzirem os próprios materiais curriculares, a coletar documentos e fotografias com a comunidade e a criar o seu material de trabalho.

Nesse contexto, a “Proposta Curricular de História” sugeria novas metodologias de trabalho e de pesquisa com os alunos, além de propor que o professor elaborasse suas aulas a partir de documentos. Nas universidades, além da publicação de coletâneas de documentos para uso didático, essas proposições ganharam expressão no vestibular da Unicamp, a partir de 1987, quando essa universidade criou sua própria prova de seleção, e a prova de história passou a se basear, fortemente, em leituras de fragmentos de documentos _ formato adotado em seguida, parcialmente, pela USP, UNESP, e depois por muitas outras universidades.

A partir das reformas curriculares de ensino de História da década de 1990, a leitura de documentos tornou-se oficialmente um dos objetivos da aprendizagem no ensino fundamental e médio, percebida como suporte para a aprendizagem de habilidades. Essa tendência dos currículos internacionais aproximou ainda mais escolas e arquivos. No *Projet scientifique, culturel et éducatif pour les années 2013-2016*, do Arquivo Nacional francês, lemos à página 21 que os serviços educativos do arquivo receberam, em 2010, um público numeroso de alunos do ensino básico, que compôs quase 90% do público do serviço educativo nesse ano.

Julia Hendry, arquivista da University of Illinois, em Chicago, descreve de forma bastante clara como arquivos e educação têm se aproximado, com um olhar que percebe essa aproximação como estratégica, como uma “oportunidade” única para os arquivos, em razão da implementação das políticas públicas educacionais dos Estados Unidos (HENDRY, 2007, p. 114).

No Canadá, Ken Osborne apontou para o papel educativo dos arquivistas, argumentando que, se por um lado as atividades dos arquivistas como profissionais de administração de documentos de arquivo e na pesquisa histórica estão bem estabelecidas, por outro lado o papel dos arquivistas como educadores está sendo negligenciado. Ele lamenta a falta de atenção dada ao potencial educativo dos arquivos, que, em sua visão, impede a sociedade de apreciar e se beneficiar das evidências e dos registros “sobre os quais repousam seu senso de identidade e de continuidade”. E prossegue, citando Peter Bower (Arquivista do Arquivo provincial de Manitoba), afirmando que os arquivos “são a memória de nossa espécie. Esses documentos são a mais completa crônica daquilo que nós somos, individual e coletivamente...” (OSBORNE: 1986, p. 17)

Observamos nesse texto um tema candente, que é o da relação dos arquivos com a memória. Para Osborne, a memória (“da espécie”!) estaria guardada nos arquivos, de cujos registros dependeriam o senso de continuidade e de identidade social. Muitas vezes, nos discursos de arquivistas, flagramos imagens nas quais os documentos custodiados pelos arquivos, parecem aproximar-se, e até coincidir com a memória social. Em diferentes artigos publicados sobre nosso tema, e em textos *desites* de arquivos, encontramos uma sobreposição entre história, memória e arquivo. Nessa direção, Vicki Sand, diretora do Philadelphia History Museum, em um artigo de 1978 para a *American Archivist*, sugere que

Filosoficamente, o povo nos Estados Unidos escolheu guardar suas histórias em instituições. Em outras sociedades o povo carrega suas histórias com ele. Nós vivemos em um tempo em que as pessoas têm olhado, individualmente e socialmente, para o

passado, para compreender as forças que afetaram suas vidas. Elas vão aos arquivos históricos em busca de respostas. Muitas delas não têm familiaridade com as coleções e seu uso. Devemos criar programas educativos para auxiliar esses esforços. (p. 163)

A afirmação de que as histórias do povo americano estão nos arquivos é reveladora da simbiose entre arquivo e memória que aflora em representações que relacionam a identidade social à preservação documental pelos arquivos. Ainda nesse sentido, é relevante a afirmação da pesquisadora italiana Francesca Cavazzana Romanelli, em seu artigo para a revista *Archivum* (2000), de que os arquivos municipais se tornaram as “casas das memórias” de suas comunidades, devendo não só receber sua documentação em custódia, mas, também, colecionar ativamente imagens e documentos do tempo presente para serem consultados por “novos olhos” e “novas mãos”.

Vista em perspectiva, a leitura de artigos publicados em alguns dos principais fóruns de discussão da área, notadamente nos periódicos de associações de arquivistas, bem como nas produções acadêmicas sobre esse tema sugere a emergência de uma convergência de sujeitos sociais na criação de novas práticas de ação educativa em arquivos: arquivistas e pesquisadores de ensino de História vêm dialogando, e criando, em certa medida, um campo de discursos comum. Na leitura de artigos e teses sobre as interfaces entre arquivos e educação, escritos entre a década de 1980 e a atualidade, por arquivistas e pesquisadores de ensino de História americanos e europeus, emergem alguns pontos comuns e recorrentes em suas temáticas, cujas correlações indicam a configuração de campos de reflexão que, em suas divergências, colocam-se como arenas de luta simbólica, em que se embatem representações de memória, patrimônio e educação.

Nas experiências de ação educativa dos arquivos, desde a década de 1980, as atividades educativas são percebidas, principalmente, como formas de valorização do patrimônio documental, parte da educação patrimonial. Já nas pesquisas sobre a produção de conhecimento histórico educacional, os arquivos e seus documentos são percebidos mais fortemente como espaços e recursos potenciais para o ensino de História. Esses vínculos de origem institucional, cultural, disciplinar e intelectual expressam-se nas formas que os projetos estudados adquirem.

Nessas duas direções, a aproximação entre escolas e arquivos tem levado à criação, pelos profissionais dos arquivos, eventualmente associados a pesquisadores de ensino de História, de recursos educativos próprios, tanto para atividades a serem realizadas nos arquivos como de materiais e oficinas para circularem nas escolas. Muitos arquivos têm, ainda, produzido seleções de documentos para uso educativo. Com a expansão dos recursos tecnológicos de digitalização e publicação de imagens *online*, esses materiais têm migrado para o universo digital, e suas propostas encontram-se hoje nos *sites* dos arquivos na Internet.

As experiências com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em escolas e arquivos iniciaram-se nos anos 90, simultâneas ao crescimento dos projetos de educação tecnológica nas escolas. Entre os primeiros norte-americanos a pesquisar esse tema está Anne Gilliland-Swetland. Em *Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers' Perspectives* (1999), Gilliland-Swetland descreve suas pesquisas, feitas na University of California, Los Angeles (UCLA), sobre possibilidades de ensino de História e de Estudos Sociais com leituras de coleções de documentos de arquivo digitalizados. Nesse trabalho pioneiro, a autora advoga a necessidade de se ensinar princípios fundamentais da arquivística para jovens estudantes, descrevendo o que seria o *letramento arquivístico*:

Letramento arquivístico diz respeito à consciência dos usuários de seu patrimônio documental e do papel que os documentos de arquivo têm no estabelecimento e na proteção de seus direitos, e no registro e comunicação desse patrimônio. Letramento arquivístico também relaciona-se às competências dos usuários em fazer uso das habilidades de pesquisa em busca de prova e de informação. Essas habilidades incluem a capacidade de considerar os documentos em seu contexto arquivístico, de construir significados a partir da leitura de materiais não sintetizados ou não redigidos, de levar em conta as circunstâncias da criação do documento (isto é, perguntar quem o que, quando, por que, onde e como), analisar a forma e a natureza do documento, determinar se é um original, e em que versão, e compreender sua cadeia de custódia. (p. 93)

A crítica e a proposição de Gilliland-Swetland são precisas: o conhecimento sobre a pesquisa em acervos arquivísticos, apontado pela autora como “letramento arquivístico”, é incomum entre historiadores, estudantes de pós graduação e até mesmo entre professores universitários, o que por si só justificaria a aproximação entre arquivos e ensino de História, inclusive nos cursos de graduação.

Em outra direção, mas também em contraposição às práticas prevalentes nas ações educativas dos arquivos, Hugh Taylor descreveu de maneira expressiva as possibilidades da experiência do contato de estudantes com os documentos arquivísticos, percebendo-a em suas dimensões intelectuais e sensíveis:

Antes de mais nada, o documento é um artefato - uma criação única produzida para um propósito específico, e dependente, para seu efeito, do arranjo da tinta sobre o papel. A escrita manuscrita pode dividir espaço com a impressa, e suas formas são, frequentemente, irregulares. A informação que ele contém será limitada. O leitor vai ser desafiado a completar o quadro. A textura, tamanho e forma podem agregar significados. Até o cheiro pode estimular-nos. Todos os nossos sentidos serão envolvidos, e estaremos plenamente presentes, por um momento, na medida em que deixarmos o documento entrar em diálogo conosco em todos os níveis de nossa consciência. (TAYLOR, 1972, p. 319)

Em seguida, esse artigo pioneiro aponta, com sensibilidade, as especificidades dos documentos arquivísticos para a experiência de seus leitores:

Nenhum texto impresso pode dar-nos esse envolvimento total, e quando o documento é colocado com seus mil outros parceiros, das mesmas séries documentais, cada qual deles diferente, de certo modo, ou é examinado a partir do contexto de um livro de registro, o efeito pode ser arrebatar. O encontro é também um confronto singular com o original, que, naquele instante, o leitor não compartilha com mais ninguém. Se essa experiência for ampliada por um conteúdo relevante e interessante, a relação da história com sua principal fonte, e vice versa, pode ser rapidamente percebida, e, talvez, experimentada com prazer (TAYLOR, 1972, p. 319)

Percebemos como Taylor relaciona a experiência sensível de leitura de documentos de arquivo à compreensão de seu contexto de produção, à experiência de encontrá-los imersos em suas séries e correlacionados a outros documentos e séries do mesmo produtor. O autor também sugere a singularidade da compreensão que pode emergir do contato com sua materialidade, dos cheiros, do toque no papel, de suas cores e tintas, no enfrentamento, pelo leitor, das dificuldades de sua compreensão. Essa experiência sensível, possível na pesquisa feita nos arquivos, foge dos tempos e restrições das experiências didáticas prevalentes na contemporaneidade. Nesse sentido, as interrogações de Taylor sobre as possibilidades de realização de experiências assim concebidas continuam sendo inovadoras e instigantes, e pontuam a especificidade das ações educativas que só podem se realizar nos arquivos reais.

Por outro lado, como se configura, hoje, o cenário das atividades dos arquivos ligadas às tecnologias de informação e comunicação, que, como vimos, estão em franca expansão?

Sabemos que as tecnologias de informação possibilitam a multiplicação ilimitada de reproduções eletrônicas de documentos de arquivo. Aliadas aos computadores, que processam as informações eletrônicas, as tecnologias de comunicação permitem a veiculação por todos os quadrantes da terra, dessas imagens, montadas e expostas em uma rede midiática virtual global. Com a emergência dessas possibilidades tecnológicas, os arquivos têm se proposto a criar redes virtuais e portais conjuntos para a exposição de suas reproduções de documentos: consórcios de arquivos podem conectar-se em uma rede, como no caso paradigmático da *Europeana*, que se dispõe a abrigar uma enorme estrutura de cruzamento de dados dos grandes arquivos, museus e bibliotecas europeias, em um só espaço de referência. Nessas grandes iniciativas, desenvolvem-se tecnologias de estrutura material, integração, comunicação e navegação que são compartilhadas pelos parceiros envolvidos, organismos públicos internacionais e universidades, e que depois, frequentemente, tornam-se marcos para outras iniciativas menores que lhes sucedem. Ainda nessa direção podemos citar a experiência de digitalização conduzida pelo historiador Robert Darnton, diretor do conjunto de bibliotecas da Universidade de Harvard.

Esses consórcios têm se dedicado a aperfeiçoar os mecanismos de organização, classificação, ordenamento e exposição desses dados, bem como seus meios de busca e recuperação, como já apontava Chartier em 1998 (CHARTIER, 1998, p.134). Têm, também, avançado no uso de tecnologias de digitalização e tratamento de imagem, vídeo, som, animação, e de compartilhamento dessas criações midiáticas. A chamada indústria criativa tem se aproximado dos arquivos, criando experiências instigantes. Na experimentação das tecnologias especificamente voltadas para o ensino, encontramos um cenário mais conservador, na medida em que os *sites* de arquivos têm se apoiado, largamente, em práticas educativas já conhecidas: exposições, *kits* didáticos, jogos lógicos, entre outros, voltando seus esforços para sua transposição para os novos meios digitais.

Nesse cenário, faz-se necessário compreendermos as tecnologias midiáticas em seu caráter técnico e político, tanto quanto em seu caráter de linguagem e de instrumento, para podermos tecer projetos de ensino que incluam os sujeitos e suas experiências, nas práticas de educação em arquivos. É preciso, ainda, buscar compreender, como aponta Galzerani (2008) quais são as potencialidades das leituras de documentos de arquivo de propiciarem experiências dialógicas com as memórias e percepções dos sujeitos que aprendem. À procura de projetos e ações inspirados pelo desejo de construção de espaços que estimulem a emergência dessas experiências de construção de conhecimento pelos sujeitos, historicamente situados no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH i FUGUERAS, Ramón, et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Espanha, Ediciones Treal, S.L, 2001.
- ARCHIVES NATIONALES. *Projet scientifique, culturel et éducatif pour les années 2013-2016 - PSCE*. Paris: 2012.
- ARCHIVO NACIONAL. *Guía de orientaciones docentes. Acercamiento del patrimonio archivístico a la escuela*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: F.A. Queiroz, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais. História, Geografia*. Brasília: MEC, 1997.
- CALZADA I OLIVELLA, Maria. *Les fonts primàries a l'ensenyament: la relació entre el món escolar i l'arxiu*. Tese de doutorado. Universidade de Barcelona, Espanha, 2007.

- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.
- EAMON, Michael. A “Genuine Relationship with the Actual”: New Perspectives on Primary Sources, History and the Internet in the Classroom. *The History Teacher*, v. 39, n. 3, May 2006. Society for History Education (SHE).
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: O lugar das memórias. *O Historiador e seu tempo*. UNESP, 2008.
- GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KAFAY Yasmin B.; LANDIS, William E.. Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers’ Perspectives. *Archivaria* 48, Toronto: 1999.
- MATTOZZI, Ivo. Archivi simulati e didattica della ricerca storica: per un sistema formativo integrato tra archivi e scuole. *Archivi locali e insegnamenti storici*. Archivio Storico Comune di Modena, Modena, 2001, pp. 11-23.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, História e Documento. Reflexões para um tempo de transformações. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp: Fapesp, 1999, p. 11-29.
- OSBORNE, Ken. Archives and Classroom. *Archivaria* 23, Toronto: 1986-87, p.16-40.
- PEGEON, Annick. Uma Experiência Pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” dos Archives nacionais da França. *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 89-102. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- PRADO, Eliane Mimesse. *A prática pedagógica no ensino de História nas escolas estaduais paulistas nos anos da ditadura militar*. Bragança Paulista, Horizontes, v. 26, p. 97-107, 2008.
- ROBYNS, Marcus C. The Archivist as Educator: Integrating Critical Thinking Skills into Historical Research Methods Instruction. *The American Archivist* Vol 64, fall-winter 2001, American Archivist Society, páginas 363-384.
- ROMANELLI, Francesca Cavazzana. Archives and Educational Activities; Debate and Initiatives in the Italian Archives, in *Archivum* XLV (2000), pp. 267-284.
- _____. “Archivi, didattica e nuove tecnologie”. Apresentação no *Workshop “La didattica della storia. Archivi, reti, strumenti digitali: esperienze in corso.”* Firenze, Italia, 2002.
- SAND, Viki. History Resource Units from the Minnesota Historical Society. *The American Archivist*, abril de 1978, v 41.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular para o ensino de História 1º grau. 3ª versão prel.* São. Paulo: SEE: CENP, 1986.
- TAYLOR, Hugh A. Clio in the Raw: Archival Materials and the Teaching of History. *The American Archivist* 35, julho/outubro 1972, p.317-330.
- UK. DEPARTMENT OF EDUCATION AND SCIENCE (DES). *History in the National Curriculum (England)* London: HMSO, 1991.
- VELA, Susanna Palomares. El servicio educativo. ALBERCH i FUGUERAS, Ramón, et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Espanha, ediciones Treal, S.L, 2001, p. 57-84.

RESUMO: Esse artigo aponta alguns dos diálogos que vêm sendo construídos entre arquivos e educação, internacionalmente, nas últimas décadas, analisados a partir de trabalhos acadêmicos publicados por profissionais de arquivo e por pesquisadores de ensino de História. Da leitura de seus artigos e teses emergem alguns lugares comuns, que são vistos como arenas de luta, em que se embatem representações de memória, patrimônio e educação. **PALAVRAS-CHAVE:** educação; arquivos; memória; ensino de História; educação patrimonial.

RESUMEN: Este artículo señala algunos de los diálogos que se han construido entre los archivos y la educación, a nivel internacional, en las últimas décadas, examinados a partir de trabajos académicos publicados por profesionales de los archivos y por investigadores de la educación histórica. De la lectura de sus artículos y tesis observamos algunas recurrencias, que son vistas como escenarios de lucha en el que inciden representaciones de la memoria, del patrimonio y de la educación. **PALABRAS CLAVE:** Educación; archivos; memoria; enseñanza de La Historia; educación patrimonial.